

1011 4468 327 388E 43E

160

6

# Pataxós ameaçam denunciar o governo à ONU

**Teixeira de Freitas (Da Sucursal Extremo Sul)** — Os índios pataxós ameaçam denunciar o governo do estado à ONU por violar direitos de minorias étnicas. Os indígenas estão revoltados com a aprovação do Projeto de Lei nº 10.684/95, pela Assembleia Legislativa, que permite ao governo desapropriar terras que ocupam há cinco séculos, no Sítio Histórico de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália.

A área encontra-se em processo de demarcação pela Funai, porém não impediu o governo da Bahia de apressar a votação da matéria, mesmo sabendo que o projeto é ilegal por ferir o Artigo 231 da Constituição, que assegura a permanência dos índios em Coroa Vermelha, afirmam dirigentes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O governo pretende implantar nas terras uma série de programas voltados para os setores de educação, lazer e infraestrutura, sendo o principal o Museu Aberto do Descobrimento (Made), com suporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O investimento totaliza US\$100 milhões a serem empregados no Projeto de Desenvolvimento e Turismo para o Nordeste (Prodetur), cuja primeira etapa contempla as cidades de Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro com asfaltamento de estradas, redes de esgoto e ampliação do aeroporto de Porto Seguro.

Os pataxós entendem que a implantação do projeto vai expulsar a comunidade indígena de Coroa Vermelha. "O governo não considera a presença histórica do nosso povo na região de Porto Seguro e agora quer grilar nossas terras para investir em turismo", desabou o índio João Antônio da Silva.

As lideranças pataxós devem reunir-se esta semana em Porto Seguro para analisar as medidas a serem tomadas contra o governo estadual. Deverão formalizar denúncia à Procuradoria Geral da República, assim como a entidades de direitos

humanos e, muito provavelmente, à ONU. Acreditam que, apeando à ONU, submeterão o Executivo estadual a um constrangimento internacional e poderão forçá-lo a desistir de desapropriar o Sítio Histórico de Coroa Vermelha.

## Comunicado à imprensa

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no extremo sul, encaminhou à imprensa de todo o País, sexta-feira, o seguinte comunicado:

"O governo do estado da Bahia não cumpriu acordo com os índios pataxós, ao votar o seu Projeto de Lei nº 10.684/95, que pede autorização do Legislativo baiano para desapropriar área no município de Santa Cruz Cabrália, onde situa-se a comunidade indígena Coroa Vermelha, ocupada tradicionalmente pelos pataxós e em processo de demarcação pela Funai. Com este projeto, o governo fere a Constituição federal, no seu Art. 231, e ameaça drasticamente a integridade física e cultural do grupo. O acordo, na verdade, refere-se às sugestões apresentadas no projeto pelas lideranças indígenas, entidades de apoio e parlamentares da oposição, visando ao resguardo dos direitos indígenas garantidos na Constituição, além da criação de uma comissão consultiva e de acompanhamento do processo de elaboração e implantação do Projeto Made (Museu Aberto do Descobrimento), que tem suporte financeiro do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) juntamente ao Prodetur (Projeto de Desenvolvimento e Turismo para o Nordeste), com investimentos da ordem de US\$100 milhões, tendo em vista a disposição do governo em votar a ma-

téria a qualquer custo, o que acabou ocorrendo.

Mesmo sabendo da inconstitucionalidade do projeto de lei, os líderes do governo decidiram por votá-lo na sua primeira versão, desconsiderando as sugestões de emendas anteriormente discutidas e acatadas pelos mesmos. Este fato revela a falta de respeito e ética aos princípios democráticos e singular truculência do governo: ao defender os seus interesses. Vale ressaltar a subserviência da maioria dos parlamentares baianos ao governo estadual, que, mesmo sabendo dos problemas que causarão à população indígena, aprovou na íntegra a proposta do governo.

Os pataxós do extremo sul da Bahia, principalmente a Aldeia de Coroa Vermelha, estão surpresos e indignados com a manobra praticada pelas lideranças do governo, movidos pelos interesses em ver liberados imediatamente os recursos do Prodetur/BID.

O Cimi alerta para as prováveis conseqüências que este projeto trará à comunidade de Coroa Vermelha, responsabilizando assim o governo do estado da Bahia e seus representantes no Legislativo, por suas atitudes antidemocrática, inconstitucional e de desrespeito à presença histórica dos índios pataxós na região".